

Demonstrações Financeiras
Sociedade Humana Despertar - SHD
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2017

SOCIEDADE HUMANA DESPERTAR - SHD

**BALANÇOS PATRIMONIAIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
VALORES EM REAIS**

Ativo	Nota	31-dez-17	31-dez-16
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalente de Caixa	3	267.251	453.373
Recursos vinculados a Convênio	4	128.304	128.237
Outros Créditos	-	91.844	40.073
		487.398	621.683
Ativo Não Circulante			
Imobilizado	5	195.050	175.089
Ativo Intangível	6	5.366	5.366
		200.416	180.455
Total do Ativo		687.814	802.138
Passivo e Patrimônio Líquido			
Passivo Circulante			
Obrigações com Convênios	4	145.311	63.372
Outras contas a pagar	-	3.101	86.195
		148.413	149.567
Total do Passivo		148.413	149.567
Patrimônio Líquido			
Patrimônio Social	8	71.638	71.638
Superávit Acumulado		563.883	570.547
Déficit do Exercício		(96.120)	10.386
		539.401	652.570
Total do Patrimônio Líquido e Passivo		687.814	802.138

As Notas Explicativas são partes das demonstrações contábeis

SOCIEDADE HUMANA DESPERTAR - SHD

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
VALORES EM REAIS

	Nota	31-dez-17	31-dez-16
Recursos com restrição			
Programas e projetos públicos	9 (a)	1.062.621	4.443.795
Programas e projetos privados	9 (a)	-	28.268
		<u>1.062.621</u>	<u>4.472.063</u>
Recursos sem restrição			
Doações	9 (b)	461.398	379.538
Projetos SHD	9 (b)	953	170
Outras receitas	-	0	2.756
		<u>462.351</u>	<u>382.464</u>
Total das receitas		<u>1.524.972</u>	<u>4.854.527</u>
Despesas			
Pagamento de pessoal		(1.058.742)	(3.829.060)
Prestadores de serviços	10	(150.656)	(541.773)
Despesas Administrativas e Gerais	10	(409.074)	(514.438)
Depreciação e amortização		(21.039)	(26.052)
Outras (Despesas) Receitas Operacionais		-	-
		<u>(1.639.511)</u>	<u>(4.911.323)</u>
Resultado Operacional		<u>(114.539)</u>	<u>(56.796)</u>
Resultado Líquido Financeiro			
Receitas Financeiras		27.986	76.594
Despesas Financeiras		(9.567)	(9.413)
		<u>18.418</u>	<u>67.182</u>
Superávit (Déficit) do exercício		<u>(96.120)</u>	<u>10.385</u>

As Notas Explicativas são partes das demonstrações contábeis

SOCIEDADE HUMANA DESPERTAR - SHD

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
VALORES EM REAIS

Saldos em 31 de dezembro de 2015

Superávit do Exercício
Ajustes de exercícios Anteriores
Incorporação do superávit ao patrimônio social

	Patrimônio Social	Superávit Acumulado	Superávit (Déficit) do Exercício	Total
	71.638	625.679	(22.795)	674.522
	-	-	10.385	10.385
	-	-	(32.337)	(32.337)
	-	-	-	-

Saldos em 31 de dezembro de 2016

Déficit do Exercício
Ajustes de exercícios Anteriores
Incorporação do superávit ao patrimônio social

	71.638	625.679	(44.747)	652.570
	-	-	(96.120)	(96.120)
	-	(17.049)	-	(17.049)
	-	(44.747)	44.747	-

Saldos em 31 de dezembro de 2017

As Notas Explicativas são partes das demonstrações contábeis

	71.638	563.883	(96.120)	539.401
--	--------	---------	----------	---------



SOCIEDADE HUMANA DESPERTAR - SHD

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
VALORES EM REAIS**

	31-dez-17	31-dez-16
Superávit (Déficit) do exercício	(96.120)	10.386
Ajustes		
Depreciação e Amortização	21.039	25.052
Ajustes de exercícios anteriores	(17.049)	16.428
	(92.130)	51.865
Variações nos Ativos e Passivos		
Redução (Aumento) em recursos vinculados a projetos	(67)	(37.856)
Redução (Aumento) em outros créditos	(51.770)	(43.329)
Aumento (Redução) de fornecedores	(83.094)	86.195
Aumento (Redução) em obrigações com projetos	81.939	(27.009)
	(52.992)	(21.999)
Caixa líquido Proveniente das Atividades operacionais	(145.122)	29.866
Fluxo de Caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de Imobilizado	(41.000)	(130.443)
Caixa Líquido Aplicado nas atividades de investimentos	(41.000)	(130.443)
Aumento (Redução) líquida de caixa e equivalente de caixa	(186.122)	(100.577)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	453.373	553.950
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	267.251	453.373
Aumento (Redução) líquida de caixa e equivalente de caixa	(186.122)	(100.577)

As Notas Explicativas são partes das demonstrações contábeis

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de
2017
(Valores expressos em Reais)

Contexto operacional

A Sociedade Humana Despertar – SHD é uma sociedade sem fins econômicos, com atuação preponderantemente social, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, constituída em 27 de novembro de 1995, com sede e foro na cidade de Sumaré, situada na Rua dos Pinheiros, nº 105, Estado de São Paulo, regendo com base em seu estatuto e pela legislação aplicável as Organizações sem fins lucrativos.

A Sociedade Humana Despertar – SHD tem por finalidade apoiar e desenvolver ações para a promoção da assistência social, defesa dos direitos humanos, da ética, da paz, da cidadania, da democracia e de outros valores universais, da segurança alimentar e nutricional, da cultura, do esporte e defesa, da preservação e conservação do meio ambiente.

Inscrição nos órgãos oficiais

A “Sociedade Humana Despertar - SHD” possui as seguintes inscrições e títulos:

- CNPJ – Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o número 00.958.354/0001-43
- Inscrição Estadual – 671.110.899.116
- CCM – Cadastro de Contribuintes Municipais da Prefeitura da Cidade de Sumaré sob o número 23.805, datado de 15/08/2004;
- Utilidade Pública Municipal de Sumaré - Conforme artigo 5º da Lei 5010 de 9 de junho de 2010;
- Utilidade Pública Estadual - Concedida pela Lei 11.157, de 13/05/2002 D.O.E. de 14/05/2002;
- Cadastro de Organizações Ambientais CADEA – Decreto 46.655/02 do Estado de São Paulo;
- Conselho Municipal de Assistência Social de Sumaré – CMAS sob número 01/1999;
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA – Registro número 13/00
- Estatuto Social Consolidado, registro original em 27/11/1995 e segunda alteração consolidada, registrado no 1º Tabelião de Notas de Sumaré – SP, em 2 de novembro de 2011, terceira alteração consolidada registrada no 1º Tabelião de Notas de Sumaré – SP, em 30 de janeiro de 2014, quarta alteração consolidada do estatuto, registrada sob número 11 817, no 1º tabelião de notas de Sumaré – SP, em e de janeiro de 2017.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

1. Base de apresentação das demonstrações financeiras

1.1. Base de elaboração:

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com base na NBC ITG2.002 Organizações Sem Fins Lucrativos e NBC TG 1.000 – Contabilidade para pequenas e médias empresas que aprovou o CPC PME.

1.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A Organização utiliza o real (R\$) como moeda funcional para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis.

1.3. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 30 de abril de 2018.

Gratuidade

A Organização comprovou as Gratuidades em consonância às exigências legais, conforme relatórios apresentados aos órgãos concedentes dos recursos.

2. Principais práticas contábeis

São as seguintes as principais práticas contábeis adotadas para elaboração destas demonstrações financeiras:

2.1. Apuração do resultado – Receitas e Despesas

As receitas oriundas de doações e contribuições são registradas, conforme determina a NBC ITG2.002 – Organizações sem fins lucrativos do CFC, mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos e mensuradas a valor justo. Todas as demais receitas e despesas necessárias à manutenção das suas atividades são registradas pelo regime de competência.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa e saldos em conta movimento com liquidez imediata registrados pelos valores originais, prontamente conversíveis em um montante reconhecido em com risco insignificante de mudança de valor de mercado e para os quais não existem restrições para o seu resgate imediato.

2.3. Recursos vinculados a Termo de Colaboração¹

Os Termo de Colaboração que não atendem os requisitos para reconhecimento no resultado são registrados no ativo em conta específica de recursos vinculados a Termo de Colaboração e contra partida específica de conta do passivo. Conforme demonstrado em nota explicativa nº 4.

Os saldos de recursos vinculados a Termo de Colaboração são registrados no resultado no instante em que ocorrem as receitas e despesas pelo regime de competência.

¹ Conforme Seção V - Dos Termos de Colaboração e de Fomento, Art. 16; Art. 17. Da lei Nº

2.4. Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, construção ou doações, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é computada pelo método linear, com base na taxa fiscal demonstrada na Nota Explicativa nº 5. O saldo do imobilizado inclui todos os gastos alocáveis aos bens durante a sua fase de construção e/ou a fase de testes pré-operacionais dos bens.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.5. Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável acumulado. A amortização é reconhecida linearmente com base na taxa fiscal dos ativos.

Compreendem:

- Licenças de uso de sistemas computadorizados (softwares);
- As licenças de uso de sistemas computadorizados ("softwares"), incluindo os correspondentes gastos com implementação e de sistemas de gestão empresarial adquiridas, são capitalizadas e amortizadas também conforme as taxas descritas na Nota Explicativa n.º e os gastos associados à manutenção destas são reconhecidos como despesas quando incorridos.

2.6. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Organização tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados do grupo.

2.7. Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.



2.8. Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na aplicação das práticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

2.9. Caixa e equivalentes de caixa

É representado por:

Descrição	R\$	
	31/12/2017	31/12/2016
Caixa	2.191	2.191
Bancos e Aplicações em renda fixa	265.060	451.182
	<u>267.251</u>	<u>453.373</u>

Todas as aplicações classificadas no grupo "Caixa e equivalentes de caixa" têm disponibilidade imediata e estão atualizadas pelos rendimentos auferidos até a data das informações contábeis, não excedendo o valor de negociação.

2.10. Recursos vinculados a Termo de Colaboração (Recursos com restrição)

É representado por:

Descrição	R\$	
	31/12/2017	31/12/2016
Jovem Aprendiz	-	20.991
Abordagem Morador de Rua- Social Estadual	-	3.768
Qualificação e Requalificação Profissional	-	49.892
Convivência Forma Vínculos	-	19.080
SGD Fortalecendo a Rede	-	34.506
SCFV	114.038	-
AEPETI	14.266	-
	<u>128.304</u>	<u>128.237</u>

Os recursos com restrição referem-se a valores que deveram ser empenhados em projetos. Os saldos não utilizados em projetos durante o exercício são mantidos em bancos vinculados aos Termo de Colaboração. Conforme descrito na Nota Explicativa 2.2 (c), os saldos são contabilizados no resultado por regime de competência conforme sua realização.

2.11. Imobilizado

Os detalhes do ativo imobilizado da Organização estão demonstrados nos quadros abaixo:

Descrição	31/12/2017	Adições	Baixas	31/12/2016
Custo				
Equipamento de informática	58.132	-	-	58.132
Máquinas e equipamentos	77.186	-	-	77.186
Biblioteca	6.645	-	-	6.645
Móveis e utensílios	3.682	-	-	3.682
Veículos	37.105	-	-	37.105
Imobilizado em andamento	171.443	41.000	-	130.443
	354.192	41.000	-	313.193

Depreciação

Descrição	Taxa de Depr. %	31/12/2017	Adições	Baixas	31/12/2016
Equipamento de informática	20%	(53.948)	(10.356)	114.457	(43.593)
Máquinas e equipamentos	10%	(59.259)	(6.033)	48.746	(53.226)
Biblioteca	10%	(6.645)	(589)	-	(6.056)
Móveis e utensílios	10%	(2.185)	(351)	110.474	(1.834)
Veículos	20%	(37.105)	(3.710)	193.361	(33.395)
Benfeitorias em terceiros	10%	-	-	3.451	-
Instalações	10%	-	-	985	-
		(159.142)	21.039	471.474	(138.104)
		195.050			175.089

2.12. Intangível

Os detalhes do ativo intangível da Organização estão demonstrados nos quadros abaixo:

Descrição	Taxa de Depr. %	31/12/2017	Adições	Baixas	30/12/2016
Custo					
Software		5.119	-	-	5.119
Marcas e Patentes		2.653	-	-	2.653
		7.772	-	-	7.772
Amortização					
Software	20%	(2.407)	-	-	(2.407)
		(2.407)	-	-	(2.407)
Total Líquido		5.366	-	-	5.366



2.13. Tributos

2.13.1. Impostos de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

Em virtude de ser uma Organização sem fins lucrativos, goza de benefícios de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o lucro de acordo com os artigos 167 a 174 do regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo decreto nº 3.000 de 29/03/99 e o artigo 195 da constituição federal.

2.13.2. PIS

A Organização está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salário à alíquota de 1% de acordo com a Lei 9.532/97

2.13.3. COFINS

A Organização goza de benefícios de isenção de pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Organização, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03, sujeitando-se ao pagamento delas sobre suas demais receitas.

2.14. Patrimônio líquido

Descrição	R\$	
	31/12/2017	31/12/2016
Patrimônio Social	539.401	652.570

O patrimônio social é constituído por doações acrescido dos superávits e decrescido os déficits acumulados desde a constituição da Organização.

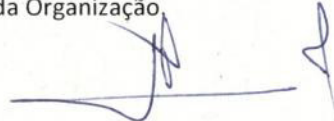
2.15. Destinação do resultado

O superávit apurado no exercício será destinado à manutenção das atividades, em atendimento aos dispositivos legais vigentes. Aplicáveis a instituições filantrópicas.

2.16. Receitas Operacionais

É representado por:

- Recursos com restrição
- Os recursos com restrição são os recursos adquiridos através do poder público ou privado, que devem ser totalmente revertidos aos projetos à que se destinam.
- A Organização mantém em contas do passivo (Obrigações com projetos, termos de colaboração) os valores dos recursos até que sejam cumpridas as cláusulas que restringem o uso por parte da Organização.



2.17. Recursos Públicos

Descrição	R\$	
	31/12/2017	31/12/2016
Jovem Aprendiz	17.903	305.952
SCFV – Municipal	501.785	134.171
SCFV – Federal	147.437	147.416
SCFV – Estadual	35.910	-
Subvenção Municipal	250.372	326.461
Abordagem Morador de Rua–Recurso Municipal	129.294	388.472
Abordagem Morador de Rua–Recurso Estadual	53.802	114.696
Abordagem Morador de Rua–Recurso Federal	91.500	224.551
Formação para Trabalho – Municipal	-	705.188
Convivência Forma Vínculos	19.080	184
Protagonista Multiplicadores	-	-
Qualificação e Requalificação Profissional	-	2.419.191
SGD Fortalecendo a Rede	23.456	3.974
AEPETI	42.454	-
	<u>1.312.993</u>	<u>4.770.256</u>

2.18. Recursos sem restrição

Os recursos sem restrição são os recursos provenientes de doações e ou atividades realizadas pela própria instituição. Esses recursos são utilizados para manutenção das atividades da Organização.

2.18.1. Doações

É representado por:

Descrição	R\$	
	31/12/2017	31/12/2016
Doações (i)	14.649	37.298
Nota Fiscal Paulista	10.501	15.779
INSS Patronal	148.399	-
Trabalho Voluntário	37.477	-
	<u>211.026</u>	<u>53.077</u>

As doações são exclusivamente de anônimos e sócios

2.18.2. Receita de programas próprios

É representado por:

Descrição	R\$	
	31/12/2017	31/12/2016
Confecção	953	170
Alugueis	-	2.756
	<u>953</u>	<u>2.926</u>

2.19. Despesas administrativas e gerais

2.19.1. Prestadores de serviços

Registra as despesas com contratação de pessoal para prestação de serviço social junto à população em situação de risco social da região de Sumaré.

2.19.2. Despesas administrativas e gerais:

Refere-se a despesas administrativas para manutenção da infra-estrutura e gastos de gerais utilizados na realização de programas próprios, públicos e privados.

2.19.3. Instrumentos financeiros

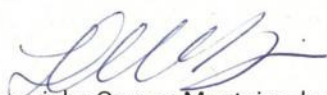
A Organização participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, que se restringem a caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras em condições normais de mercado reconhecido nas demonstrações financeiras, os quais se destinam a atender às suas necessidades operacionais.

A Organização não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco e não possui quaisquer operações de "swap" ou similares.

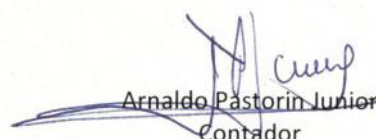
2.19.4. Cobertura de seguros

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo não circulante e mantêm cobertura de responsabilidade civil e dano moral a terceiros.

As premissas de risco adotadas não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis. Conseqüentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.



Terezinha Ongaro Monteiro de Barros
Presidente do Conselho de
Administração
CPF: 400.644.258-00



Arnaldo Pastorin Junior
Contador
CPF: 251.785.628-10
SP-222245/O-9

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Sociedade Humana Despertar, no exercício de suas atribuições estatutárias, reuniu em sua sede, durante tempo indispensável e, examinando o conjunto de demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017, aprova por unanimidade as referidas demonstrações.

Sumaré 30 de abril de 2018



Terezinha Ongaro Monteiro de Barros
Presidente do Conselho de
Administração
CPF: 400.644.258-00



Arnaldo Pastorin Junior
Contador
CPF: 251.785.628-10
SP-222245/O-9



Ademir José Zuzzi
Tesoureiro
CPF: 336.072.658-87



Gerson Antonio de Lima
Conselho fiscal
CPF: 016.465.308-29



Carlos Roberto Gordo
Conselho fiscal
CPF: 803.952.878-04